

RENDA AGROPECUÁRIA PAULISTA 1995-2004: negação da tendência secular à insignificância e discrepâncias de indicadores¹

José Sidnei Gonçalves²

1 - INTRODUÇÃO

A mensuração do desenvolvimento nacional, regional e setorial tem sido realizada, dentre outros indicadores, pelo crescimento da renda. Em função disso, foram desenhadas e aprimoradas estatísticas das contas nacionais e regionais, envolvendo a construção de um conjunto de agregados que permitem monitorar os diversos desempenhos das economias dos distintos espaços geográficos, bem como foram construídos axiomas que corresponderiam a movimentos inexoráveis dos setores econômicos em função das transformações realizadas no curso histórico. Em razão de que as nações virtualmente evoluem no devir histórico de uma realidade de predominância agrária para estruturas macrossetoriais mais complexas pela implementação de processos de industrialização e, no período mais recente, de terceirização das suas economias, o avanço da participação dos novos setores apresenta como corolário a perda da representatividade da agropecuária na geração de emprego e renda.

As análises dos processos de desenvolvimento partem na sua maioria dos conceitos clássicos de divisão setorial da economia entre setor primário (agricultura), secundário (indústria) e terciário (serviços) (CLARK, 1940). As análises da formulação tradicional das teorias de desenvolvimento econômico, levando em conta a realidade de que os novos setores da indústria e dos serviços ganham em proporcionalidade na formação da renda e do emprego em relação à totalidade da economia, firmaram o axioma da tendência secular à insignificância da agricultura no processo de desenvolvimento econômico (JOHNSTON, 1970). Entretanto, em outra abordagem, partindo de maior amplitude da visão do processo de mudanças, baseada na inserção do conceito de matriz insu-

mo-produto (LEONTIEF, 1983), são destacados os imbricamentos crescentes entre os denominados setores clássicos, os que acabam conformando novos agregados setoriais, como a idéia de agronegócios (DAVIS e GOLDBERG, 1957), em uma amplitude muito mais larga que a idéia clássica de agricultura.

O rompimento com o conceito estático de setor, assumindo a possibilidade de sua transformação em um amplo sentido, consiste em uma alternativa mais consistente de inserção da agricultura no processo de desenvolvimento econômico, na medida em que, como toda a economia e a sociedade, ela se industrializa, não sendo mais apenas fornecedora de produtos primários, e se urbaniza, deixando de ser apenas rural. Nessa acepção não estática de agricultura, e levando em conta a realidade de economias continentais como a norte-americana, com certeza não valeria o axioma da tendência secular da perda de importância da agricultura na geração de renda e de emprego no processo de desenvolvimento econômico, na medida em que não necessariamente haveria perda de importância e, se isso ocorresse, não teria o atributo de secular (GONÇALVES e MARTIN, 1995).

Esse conceito mais amplo da agricultura mostra-se mais consistente com a expressão da agricultura nessas economias continentais e no próprio comércio internacional, na medida em que assume condição de conformar interesses nacionais estratégicos nas recentes rodadas de negociações internacionais não apenas para os Estados Unidos da América (EUA), para a União Européia (UE) e para os New Agricultural Countries (NACs), países emergentes com agricultura desenvolvida, dentre os quais perfila o Brasil. Também as transformações da agricultura paulista, impulsionando a geração de renda setorial para mais além dos limites da agropecuária, não apenas estão associadas de maneira inexorável ao processo de desenvolvimento capitalista, mas associam-se ao tempo histórico percorrido pela industrialização brasileira e,

¹Registrado no CCTC, IE-103/2005.

²Engenheiro Agrônomo, Doutor, Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola (IEA).

em especial, nos desdobramentos depois da década de 1960, estão na raiz da explicação para o desempenho recente tanto da agropecuária como da agricultura (GONÇALVES, 2005).

A compreensão das transformações da agricultura em sua interação com o processo de industrialização foi traduzida de forma magnífica por Ignácio Rangel, em sua tese sobre o desenvolvimento econômico no Brasil, datada de 1954, na qual traduz a concepção de transformação da agricultura no contexto do processo de desenvolvimento econômico, ao aduzir que *"o exemplo típico é o dos Estados Unidos da América no século passado. O processo de industrialização não só não veio emparelhado com uma destruição das bases materiais da produção natural, senão que, ao contrário, teve como resultado uma contínua melhoria de tais bases. Sem dúvida, mais que nenhum outro país grande produtor agrícola do mundo, a agricultura converteu-se numa indústria tão especializada como as outras"*. Para esse autor pioneiro, as transformações da agricultura não podem ser reduzidas ao mero irradiar do uso intenso de insumos e máquinas - os produtos industriais modernos - pelos sistemas de produção rurais, porque, *"como ocorre nos países não desenvolvidos, não é comum que essa população (rural) dedique todo seu tempo e recursos a produzir bens agrícolas, mas também elabora diretamente parte de tais bens e os consume. Quando essas atividades são transferidas para fora do setor agrícola, o qual por consequência muda radicalmente as condições tecnológicas de produção, se diz que o país se industrializa, e como se faz em condições de aumento da produtividade social, se diz que se desenvolve ... As tarefas de elaboração dos produtos primários são realizadas em unidades especializadas (fábricas), o que implica em criar um setor novo, fora da agropecuária mas dentro do país. Esse setor é a manufatura ou no sentido corrente a indústria. É a criação desse setor que muda toda dinâmica da economia"* (RANGEL, 1954).

Este estudo foca a agropecuária paulista na análise de seu desempenho recente e, tendo em conta essa crescente diferenciação entre agropecuária e agricultura³ nesse curso

³É importante destacar, para efeito de precisão no entendimento do texto, que, nesta abordagem, **agricultura**, enquanto setor, representa todo o complexo produtivo da roça à mesa (*farm to table*), diferenciando-se de **agropecuária**, que corresponde à somatória das atividades primárias das lavouras e da pecuária, ou de forma mais

histórico em que a produção primária passa a corresponder apenas a parcela da renda setorial pela agroindustrialização (GONÇALVES, 2005), avaliará o comportamento da renda da agropecuária em relação à economia estadual e à renda setorial brasileira. Procurará contrapor os resultados da análise da evolução da renda realizada pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA) no início da década de 1970 (IEA, 1972), que contemplou informações para o período 1948-1969 com os obtidos para o período 1995-2004, destacando as diferenças de tendências, buscando comprovar que, mesmo somente para a agropecuária, nem sempre se manifesta a tendência secular à insignificância da participação setorial na renda⁴.

Em função da comparação entre os diversos indicadores da renda agropecuária paulista, com destaque para as estatísticas de valor da produção elaboradas e disponibilizadas pelo IEA desde a formatação conceitual e metodológica do citado estudo do início da década de 1970 (IEA, 1972), o trabalho, procurando contribuir para seu aprimoramento, destacará as discrepâncias da evolução desse indicador com outros indicadores da economia setorial estadual, como o Produto Interno Bruto da agropecuária (PIB setorial) e as exportações da agricultura, buscando demonstrar a necessidade de discussão e redefinição da estrutura de cálculo de indicadores da renda setorial da agropecuária, seja em termos de renda bruta, como o valor da produção, seja enquanto valor adicionado, consubstanciado na idéia de produto interno bruto. Quanto ao valor da produção da agropecuária calculado pelo IEA, mesmo com a inclusão de novos produtos, passando das 21 culturas originais (IEA, 1972) para os atuais 48 produtos (TSUNECHIRO et al.,

nítida, lavouras mais criações. Os termos **agricultura e agropecuária, portanto, não se referem à mesma coisa**.

⁴Isso ainda que o processo de desenvolvimento implique na redução das ocupações produtivas agropecuárias, na medida em que *"a pluriatividade, como base do desenvolvimento rural, não foi suficiente para deter a queda da população rural e das ocupações agrícolas na década de 1992-2002 no Brasil"* (KAGEYAMA, 2004). Fundamental pontificar a particularidade da realidade paulista nesse aspecto, uma vez que entre 1992 e 2002, *"o Estado de São Paulo é a única região que não apresenta queda da população rural, apesar da enorme redução da PEA agrícola (mais de 50%) e da redução de 14% na PEA rural. Isso indica que o rural paulista está servindo de moradia para um expressiva parcela da população não ocupada ou não economicamente ativa, e reflete o descolamento entre o desenvolvimento rural e o desenvolvimento agrícola"* (KAGEYAMA, 2004).

2005), não conseguiu acompanhar a profundidade da diversificação da agropecuária paulista e outras mudanças no processo produtivo desse segmento da agricultura estadual. Já o cálculo do PIB da agropecuária ressenete-se da falta de base censitária consistente desde a metade da década de 1980, a despeito do notável aprofundamento das transformações das agriculturas paulista e brasileira nesse período.

2 - DISCUSSÃO DOS CONCEITOS E DOS PRINCIPAIS RESULTADOS DA ANÁLISE DA RENDA AGROPECUÁRIA NAS DÉCADAS DE 1950 E 1960

A análise da renda realiza-se com base em conceitos de agregados, como o **Produto Interno Bruto (PIB)** a preços de mercado, que mede o total dos bens e serviços produzidos pelas unidades produtoras residentes, sendo, portanto, a soma dos valores adicionados pelos diversos setores acrescida dos impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos não incluídos na valoração da produção. Assim, o PIB é igual ao valor da produção menos o consumo intermediário mais os impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos não incluídos no valor da produção (IBGE, 2004). Em linhas gerais, traduzindo em fórmula matemática, pode-se dizer que **PIB=VPA-CI**, onde **VPA** é o Valor da Produção Agropecuária, ou seja, o que foi faturado com tudo que foi produzido; e o **CI** é o Consumo Intermediário, que dá conta da produção que foi consumida no processo produtivo. Se, de um lado, esse procedimento evita duplas contagens, como seria o caso da produção de adubos e da produção de grãos, uma vez que no valor da produção agropecuária de grãos já está embutido o valor do adubo utilizado, de outro, em qualquer situação, o PIB será sempre menor que o VPA.

O IEA, levando em conta esses conceitos, realizou dois importantes estudos no início da década de 1970, que formam um marco detalhado da realidade das agriculturas paulista e brasileira. No estudo de análise setorial nacional, firma de forma contundente a acepção da teoria de desenvolvimento econômico na sua formulação tradicional, ao aduzir que *“o setor agrícola nos países em processo de desenvolvimento perde a importância relativa, em termos de renda produzida e de população total empregada. Os eco-*

nomistas são unâmines em reconhecer esse decréscimo de importância e referem-se a eles como a ‘lei de decréscimo da importância relativa da agricultura’ ou como ‘o declínio secular da agricultura’” (PAIVA; SCHATTAN; FREITAS, 1973)⁵. Levando em conta essa abordagem econômica, os autores produzem uma consistente e detalhada análise da potencialidade da agricultura brasileira na época, destacando os efeitos da intensificação do processo de modernização das lavouras e criações, firmando o estudo como detalhado diagnóstico da realidade e de proposições de abordagens de políticas públicas setoriais visando aprofundar o desenvolvimento setorial, em especial na ocupação da fronteira agrícola.

Essa análise para a realidade brasileira foi precedida de outro estudo do IEA, sustentado sobre vigorosa viga empírica cujos resultados corroboravam o intenso desenvolvimento paulista desde o final da década de 1940 (IEA, 1972). Tomando agricultura como sinônimo de agropecuária, tal como se definia a abrangência dos conceitos utilizados, a renda interna líquida total, que corresponde à somatória do valor adicionado brasileiro, cresce de forma significativa e persistente, acumulando 230% no período 1949-1969, enquanto a agropecuária avançou 128% no mesmo espaço de tempo, com o que sua participação na renda nacional caiu de 26,9%, em 1948, para 18,2%, em 1969. Quando se visualiza o Estado de São Paulo, a renda estadual total mostra aumento de 255%, enquanto a agropecuária paulista revela incremento de 86% no período 1949-1969, com a participação setorial na renda estadual recuando de 24,9%, em 1948, para 12,5%, em 1969. Destaque-se que, após participação de 35,6%, em 1948, para 41,6%, em 1959, desde então, ocorre decréscimo na representatividade paulista na renda brasileira, atingindo 38,1% em 1969. Na agropecuária, após manter-se variando em torno de um terço da renda setorial brasileira no período 1948-1961, a participação paulista reduz-se para 26,1% em 1969 (Tabela 1).

⁵O citado trabalho de Paiva; Schattan; Freitas (1973) destaca, entre os economistas que propugnam pela existência dessa tendência secular à insignificância, autores de renome na economia agrícola como Nicholls (1960) e Johnston (1970). Fazem uso de uma citação literal de Bruce Johnston: *“on the most firmly established empirical generalization in economics relates to the secular decline of the agricultural population and labor force and agriculture’s share in GNP in the course of economic development”* (JOHNSTON, 1970).

Assim, se o setor industrial paulista crescia a taxas anuais de 9%, enquanto nas demais unidades da federação brasileira esse índice atingia níveis anuais médios de 7%, na agropecuária, o Estado de São Paulo avançava a taxas anuais de 3,4%, contra 4,7% do restante do Brasil (IEA, 1972). Em síntese, o processo de desenvolvimento econômico produzia não apenas maior crescimento industrial com concentração no Estado de São Paulo como menor avanço da agropecuária em relação à indústria, com índices inferiores para o Estado de São Paulo em relação ao Brasil. Desse modo, no Estado de São Paulo, onde se concentra o processo de industrialização, as taxas de crescimento industrial são superiores às do Brasil, mas, na agropecuária, os índices não apenas são menores como inferiores aos nacionais. Sustentado nessa evidência empírica, o estudo conclui que *"uma característica observada na economia brasileira tem sido o crescimento secular do setor industrial e o declínio a longo prazo do setor agrícola, com relação às respectivas participações desses setores na formação da renda total do país. Essa tendência de desenvolvimento é particularmente acentuada no caso da economia paulista ... Tal declínio relativo do setor agrícola têm sido especialmente notável em São Paulo ... O processo de desenvolvimento da economia paulista durante os últimos 20 anos, tem sido muito similar ao dos países economicamente avançados. Provas dessa tendência evolutiva são dadas pelo declínio da contribuição do setor agrícola para a renda total do Estado, pelos elevados índices de migração da zona rural para a urbana (e até por diminuição em termos absolutos da população agrícola) e pelo crescimento rápido da produtividade da população rural"* (IEA, 1972).

3 - REPRESENTATIVIDADE NACIONAL DA AGROPECUÁRIA PAULISTA E AUMENTO DA PARTICIPAÇÃO SETORIAL NA RENDA 1995-2004

O avanço do processo de desenvolvimento, com o aprofundamento das transformações na década de 1970⁶ em diante, levou os

⁶Nessa fase de transformações econômicas e da agricultura em particular, os quatro pilares de sustentação do processo de construção das **cadeias de produção da agricultura**, dentro do avanço da industrialização setorial, foram: a) internalização das agroindústrias de bens de capital e insumos agropecuários por força da implementação do II Plano Nacio-

indicadores da participação agropecuária na renda estadual para índices ainda menores que os verificados nas décadas de 1950 e 1960. No período 1985-1995, nota-se diversos comportamentos na participação da agropecuária na renda estadual, como o recuo de 5,7%, em 1985, para 3,9%, em 1988, dada a queda do PIB setorial de R\$23,0 bilhões para R\$17,2 bilhões, quando o PIB paulista cresce de R\$401,8 bilhões para R\$439,4 bilhões. Esse subperíodo revela enorme irregularidade do desempenho setorial, alternando altos e baixos distanciados entre si por significativa amplitude (32,2%). No momento seguinte, 1988-1994, há persistente recuperação da representatividade setorial que volta ao patamar de 1985 ao saltar de 3,9% para 5,7%, em 1994, com o PIB agropecuário avançando de R\$17,2 bilhões para R\$26,6 bilhões, enquanto a economia paulista apresenta persistente incremento de 1992 (R\$412,1 bilhões) até 1995 (R\$485,2 bilhões) (Tabela 2). Trata-se de crescimento da participação agropecuária por vários anos seguidos, em função da expansão, principalmente da cana para indústria, que avança em função dos estímulos do mercado internacional (GONÇALVES; SOUZA; ANGELO, 2005), em uma realidade de restrições crescentes para o acesso a recursos oficiais disponibilizados para o crédito rural (GASQUES e VILLA VERDE, 1995), afetando de forma decisiva as atividades produtivas, notadamente as lavouras anuais.

A persistência da crise setorial de busca de solução para o elevado endividamento, conjuntura internacional desfavorável e a realidade de câmbio fixo leva a agropecuária paulista à realidade de instabilidade na segunda metade

nal de Desenvolvimento (II PND) (KAGEYAMA et al., 1990), que promove, com ampliação de objetivos e metas, as transformações previstas e não implementadas no Plano de Metas 1957-61; b) a modernização agropecuária com base no crédito rural subsidiado (PINTO, 1980), que representou a criação de demanda nos estabelecimentos rurais para os insumos e máquinas cuja produção se ampliava; c) o financiamento da implantação da agroindústria processadora (BELIK, 1994), que incrementaria a agregação de valor às matérias-primas oriundas da agropecuária; e d) a profunda transformação do varejo com o surgimento e a expansão dos supermercados (CYRILLO, 1986), que viriam alterar de forma decisiva a estrutura dos mercados e os processos de formação de preços na agricultura. Essas mudanças, completadas no início da década de 1980, forjam o domínio do grande capital sobre a agricultura (IANNI, 1981), o qual passa a exercer a governança da coordenação vertical das cadeias de produção setoriais, representando a submissão da agricultura, e dentro dela a agropecuária, ao padrão da **Segunda Revolução Industrial**, cuja internalização completou-se em 1980 (CANO, 1993).

TABELA 1 - Renda Interna Líquida Ajustada, Estado de São Paulo e Brasil, 1948-1969
(em Cr\$ de 1949)

Ano	São Paulo					Brasil					SP/BR (%)	
	Agro.	Índice ¹	Total	Índice ¹	%	Agro.	Índice ¹	Total	Índice ¹	%	Total	Agro.
1948	16.273,0	98	65.384,8	94	24,9	49.482,1	96	183.784,7	94	26,9	35,6	32,9
1949	16.539,7	100	69.351,8	100	23,8	51.705,5	100	195.859,5	100	26,4	35,4	32,0
1950	17.061,1	103	74.250,4	107	23,0	54.549,3	105	210.845,5	108	25,9	35,2	31,3
1951	17.622,8	107	80.541,4	116	21,9	52.843,0	102	222.830,2	114	23,7	36,1	33,3
1952	20.416,8	123	89.005,0	128	22,9	57.651,6	111	242.858,6	124	23,7	36,6	35,4
1953	18.588,6	112	88.917,8	128	20,9	57.755,0	112	247.767,5	127	23,3	35,9	32,2
1954	20.558,4	124	99.834,6	144	20,6	62.305,1	120	274.318,3	140	22,7	36,4	33,0
1955	21.928,1	133	112.740,5	163	19,5	67.113,7	130	291.246,8	149	23,0	38,7	32,7
1956	19.666,5	119	114.005,5	164	17,3	65.510,8	127	301.740,7	154	21,7	37,8	30,0
1957	24.116,1	146	125.342,9	181	19,2	71.612,1	138	326.458,0	167	21,9	38,4	33,7
1958	25.014,7	151	142.759,5	206	17,5	73.059,8	141	350.674,3	179	20,8	40,7	34,2
1959	26.266,2	159	153.326,4	221	17,1	76.937,7	149	368.213,2	188	20,9	41,6	34,1
1960	26.034,0	157	142.878,0	206	18,2	80.712,2	156	406.183,9	207	19,9	35,2	32,3
1961	28.036,4	170	180.283,1	260	15,6	86.813,5	168	449.595,3	230	19,3	40,1	32,3
1962	27.344,3	165	190.005,3	274	14,4	91.570,4	177	472.218,1	241	19,4	40,2	29,9
1963	29.401,4	178	190.944,4	275	15,4	92.501,1	179	480.234,6	245	19,3	39,8	31,8
1964	25.392,4	154	190.717,5	275	13,3	93.742,0	181	493.822,5	252	19,0	38,6	27,1
1965	33.267,1	201	197.073,2	284	16,9	106.668,4	206	502.968,9	257	21,2	39,2	31,2
1966	29.165,1	176	206.299,2	297	14,1	103.307,5	200	530.940,9	271	19,5	38,9	28,2
1967	30.125,4	182	212.434,0	306	14,2	109.150,3	211	557.107,9	284	19,6	38,1	27,6
1968	29.862,1	181	230.955,5	333	12,9	111.011,7	215	603.905,0	308	18,4	38,2	26,9
1969	30.714,9	186	246.034,4	355	12,5	117.681,7	228	645.412,0	330	18,2	38,1	26,1

¹Índice simples 1949=100.

Fonte: Dados já deflacionados no original, obtidos em IEA (1972).

TABELA 2 - Evolução da Participação da Agropecuária no Produto Interno Bruto (PIB) do Estado de São Paulo, 1985-1995, 2004¹

(em R\$ bilhão)

Ano	Agropecuária		Total		Participação %
	Valor	Índice ²	Valor	Índice ²	
1985	23,0	100,0	401,8	100,0	5,71
1986	15,6	67,8	429,7	106,9	3,62
1987	18,4	80,1	442,2	110,1	4,16
1988	17,2	74,8	439,4	109,3	3,91
1989	17,6	76,9	448,5	111,6	3,94
1990	18,7	81,3	424,7	105,7	4,39
1991	19,3	84,0	422,6	105,2	4,56
1992	19,9	86,8	412,1	102,5	4,84
1993	20,6	89,5	437,5	108,9	4,70
1994	26,6	115,7	463,5	115,4	5,73
1995	23,6	102,6	485,2	120,7	4,86

¹Reflete valores em moeda brasileira (R\$), utilizando-se o deflator implícito do PIB calculado pelo IBGE.²Índice simples, base 1985=100.

Fonte: Elaborada pelo autor com dados da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

da década de 1990, iniciada em 1995 com a participação setorial recuando de forma abrupta dos 5,7% de 1994 para 4,9%, quebrando a tendência de crescimento do período 1985-1994 e inaugurando a fase instável que se encerra com os 3,8%

do PIB setorial observados em 2000. Esse desempenho irregular da agropecuária realiza-se em uma situação em que a economia paulista mantém baixos, mas persistentes, incrementos do PIB, que avança 21,9% no período 1995-2004.

Fica nítido que, no período 1995-2000, a conjunção das políticas governamentais de desregulamentação de segmentos relevantes (café, açúcar, leite e trigo), com preços internacionais desfavoráveis e crise de endividamento, produz enorme recessão na agropecuária estadual, com recuo do produto setorial. Na entrada do século XXI, entretanto, o restabelecimento de perspectivas favoráveis, em associação com a profunda reestruturação operada no bojo da crise, fizeram com que, de forma abrupta, fosse ensejado formidável salto da renda agropecuária, que dobra de 2000 para 2003 e mantém-se elevada em 2004, com o que a representatividade da agropecuária avança de 3,8% para 6,5% do PIB estadual, assumindo o maior valor desde 1985 (Tabela 3).

O desempenho da agropecuária nos últimos quatro anos reflete as reformas econômicas da segunda metade da década de 1990, com o lançamento, em 1995, da Cédula de Produto Rural (CPR), um instrumento consistente criado para alavancar o mercado de derivativos agropecuários, enquanto opção de financiamento da safra de *commodities*, a securitização da dívida dos agropecuaristas, reincorporando-os ao mercado de crédito, realizado no mesmo ano e a estruturação do financiamento do investimento (Moderfrota e Moderinfra), sob responsabilidade do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), aportando recursos para as inversões em inovações. Esse tripé de medidas conformam os alicerces do novo padrão de financiamento da agricultura (GONÇALVES et al., 2005). Some-se a isso a edição de legislação de propriedade intelectual em 1996-97 (GONÇALVES e JUNQUEIRA, 2004), que abriu espaço para a internalização de inovações de origem privada de empresas nacionais e multinacionais, em especial no campo da genética e melhoramento, e a desoneração tributária das exportações de produtos primários e semi-manufaturados pela denominada Lei Kandir, sancionada em 1996.

Um pouco mais tarde, coroando essas mudanças institucionais, a mudança da política cambial de janeiro de 1999 e as medidas de políticas comerciais destravam o acesso ao mercado internacional, o que ampliou as vendas externas, que funcionaram como válvula de escape para o baixo ritmo de crescimento da demanda interna. As exportações passam a sustentar o elevado crescimento setorial, não apenas aproveitando as oportunidades dos bons preços internacionais de

commodities, como também o *boom* das vendas externas de alguns produtos, como a carne bovina, pela crise sanitária nos rebanhos europeus (VICENTE; SOUZA; GONÇALVES, 2005). De qualquer forma, a adoção desses mecanismos na economia continental brasileira mostra a capacidade de realizar o crescimento da participação da agropecuária no PIB, desde que executadas políticas macroeconômicas e comerciais consistentes e que a estrutura, o tamanho e o perfil da demanda sejam funcionais com essa potencialidade de países como o Brasil, com amplo espaço territorial ainda a ser incorporado de forma plena à dinâmica econômica. Não faz sentido, dessa maneira, apostar cegamente na inexorabilidade da perda de significância da agropecuária em todas as possibilidades de desenho de políticas de desenvolvimento brasileiro.

A verificação da participação da agropecuária paulista no PIB agropecuário brasileiro mostra contínuo salto de patamar no sentido do crescimento no período 1985-2004. Esse indicador evoluiu de uma situação de baixa representatividade (1985-1989) para outra seguinte de níveis mais elevados de participação (1990-2000), e finalmente atingir o patamar expressivo de mais de um quarto da renda agropecuária nacional (2001-2003), ainda que no último ano, em 2004, tenha recuado para o patamar anterior. Esse crescente aumento da participação da agropecuária paulista no PIB setorial brasileiro contrasta com a tendência de queda da contribuição do Estado de São Paulo para o PIB total brasileiro quando se avalia o período 1985-2004 (Tabela 4). Assim, diferente das décadas de 1950 e 1960, quando a agropecuária paulista cresceu a taxas menores que a brasileira (IEA, 1972) desde a metade da década de 1980, esse setor, no Estado de São Paulo, cresce em ritmo superior ao verificado no Brasil, em uma realidade de fronteira agrícola esgotada para avanço horizontal, fazendo com que as mudanças na composição de culturas e a expansão vertical via inovações fossem o caminho para a ampliação da produção de riqueza (GONÇALVES; SOUZA; ÂNGELO, 2005). Em outra inversão de comportamento em relação às décadas de 1950 e 1950, quando a indústria paulista mostrava taxas de crescimento superiores à nacional, dado que a contribuição paulista no PIB brasileiro recua, na medida em que a agropecuária cresce, por certo a indústria paulista cresceu menos que a brasileira.

TABELA 3 - Evolução da Participação da Agropecuária no Produto Interno Bruto (PIB) do Estado de São Paulo, 1995-2004, 2004¹

(em R\$ bilhão)

Ano	Agropecuária		Total		Participação %
	Valor	Índice ²	Valor	Índice ²	
1995	23,6	100,0	485,2	100,0	4,86
1996	19,6	83,3	498,1	102,6	3,94
1997	22,3	94,8	517,2	106,6	4,32
1998	25,9	110,1	518,8	106,9	5,00
1999	22,8	96,8	520,7	107,3	4,38
2000	20,3	86,0	540,0	111,3	3,75
2001	33,1	140,5	546,3	112,6	6,06
2002	40,9	173,5	550,8	113,5	7,42
2003	40,6	172,5	549,8	113,3	7,39
2004	38,3	162,7	591,6	121,9	6,48

¹Reflete valores em moeda brasileira (R\$), utilizando-se o deflator implícito do PIB calculado pelo IBGE.²Índice simples, base 1995=100.

Fonte: Elaborada pelo autor com dados da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

TABELA 4 - Evolução da Participação do Estado de São Paulo no Brasil, PIB da Agropecuária e PIB Total, 1985-2004

(em %)

Ano	Agropecuária	Total	Ano	Agropecuária	Total
1985	18,00	36,12	1995	21,45	35,47
1986	11,78	35,73	1996	18,04	34,93
1987	15,21	37,72	1997	21,18	35,47
1988	14,94	38,14	1998	23,70	35,46
1989	14,35	37,77	1999	20,79	34,94
1990	20,25	37,02	2000	18,19	33,67
1991	22,22	35,25	2001	26,10	33,40
1992	23,84	35,49	2002	26,60	32,55
1993	21,02	34,88	2003	26,38	32,68
1994	19,88	34,15	2004	21,89	33,44

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A peculiaridade estrutural da agricultura paulista pelo nível de agregação de valor derivada do intenso processo de industrialização, elevando o multiplicador da produção agropecuária, faz com que o PIB da agricultura seja muito superior ao PIB da agropecuária, fruto da intensa diferenciação entre elas construída no movimento das transformações econômicas. Na ausência de indicadores de contas nacionais para demonstrar empiricamente essa argumentação a partir de estatísticas oficiais, as quais ainda seguem o padrão clássico de divisão setorial, uma alternativa consiste em avaliar a agregação de valor a partir do perfil das exportações da agricultura paulista. Em 2005, esse índice, para o Estado de São Paulo, se mos-

tra muito mais elevado que a média brasileira⁷, sendo um elemento diferenciador da agricultura estadual no contexto nacional. Destacando o período 1997-2004, as vendas externas da agropecuária cresceram 382%, sendo que os produtos básicos aumentaram em 523% e os manufaturados em 293% no mesmo espaço de tempo. Em função desse comportamento, a participação dos

⁷Segundo Vicente; Souza; Goinçalves (2005), "cerca de 52,1% do valor das exportações do agronegócio de janeiro a setembro de 2005 corresponderam, em nível nacional, a produtos industrializados (manufaturados e semimanufaturados). No Estado de São Paulo, a participação de produtos do agronegócio industrializados foi bem maior (75,9% do total), evidenciando índices superiores de agregação de valor".

produtos básicos evoluiu de 21,3% para 27,6%, mas a agropecuária paulista continua a vender para o exterior, majoritariamente, manufaturados, conquanto nesses produtos tenha ocorrido queda de 68,9% para 56,1% entre 1997 e 2004 (Tabela 5). O maior crescimento proporcional das vendas estaduais de soja e de carne bovina nos primeiros anos do século XXI explica esse avanço dos percentuais das exportações relacionados aos produtos básicos, em função do maior incremento das transações com esses produtos e não por substituição dos manufaturados. Em outras palavras, as exportações da agricultura paulista diferenciam-se da brasileira pelo mais elevado nível de agregação de valor, uma vez que no Estado de São Paulo prevalecem os manufaturados e no restante do Brasil, os produtos básicos.

Em síntese, analisando os últimos vinte anos, a participação da agropecuária paulista no

PIB estadual apresenta crescimento positivo no período 1985-2004 (tendência mostrou teste F significativo a 0,6% de probabilidade) (Figura 1), o que conduz para a negação da "lei da perda de importância relativa da agricultura na geração de renda", ao menos em espaços geográficos específicos e sob determinadas condicionantes macroeconômicas. Isso porque nada indica que não tenha havido desenvolvimento da economia paulista no período 1985-2004, ainda que a taxas de crescimento inferiores às observadas nas décadas de 1950 a 1970. Ademais, na principal unidade da federação brasileira, do ponto de vista do desenvolvimento industrial, a agropecuária estadual cresce mais que a nacional, enquanto a contribuição paulista no PIB recua de forma lenta mas persistente, revelando um processo, principalmente, de descentralização industrial. Noutras palavras, assumir a inexorabilidade da perda de

TABELA 5 - Evolução do Valor das Exportações da Agricultura (VEA) Segundo a Agregação de Valor, Estado de São Paulo, 1997-2004, 2004¹
(em R\$ bilhão)

Ano	Valor das exportações da agricultura (VEA)		VEA dos produtos básicos (VEA-B)		VEA dos produtos manufaturados (VEA-M)		Participação nas das exportações da agricultura (%)	
	Valor	Índice ²	Valor	Índice ²	Valor	Índice ²	VEA-B	VEA-M
1997	6,1	100	1,3	100	4,2	100	21,3	68,9
1998	11,4	187	1,7	131	8,1	193	14,9	71,1
1999	16,7	274	3,1	238	11,0	262	18,6	65,9
2000	14,0	230	2,6	200	9,4	224	18,6	67,1
2001	19,5	320	3,6	277	12,2	290	18,5	62,6
2002	20,7	339	4,2	323	13,0	310	20,3	62,8
2003	25,8	423	5,6	431	15,5	369	21,7	60,1
2004	29,4	482	8,1	623	16,5	393	27,6	56,1

¹Reflete valores em moeda brasileira (R\$), utilizando-se o deflator implícito calculado pelo IBGE, sendo que as exportações foram calculadas a partir de somas mensais expressas em R\$ transformadas pelo câmbio médio de cada mês.

²Índice simples, base 1995=100.

Fonte: Elaborada a partir de dados básicos do SECEX/MDIC.

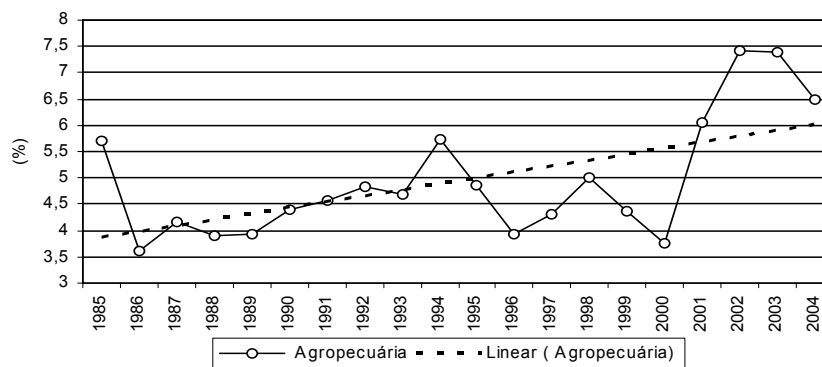


Figura 1 - Evolução da Participação Percentual da Agropecuária no PIB do Estado de São Paulo, 1985-2004.
Fonte: Elaborada a partir das tabelas 2 e 3.

significância da agropecuária no processo de desenvolvimento econômico, em qualquer lugar, a qualquer tempo, sob quaisquer condicionantes, pode configurar-se em um equívoco, conforme demonstração da evolução do PIB paulista no período 1985-2004.

4 - DISCREPÂNCIAS DE INDICADORES: análise das possíveis causas

A análise da renda agropecuária permitiu verificar discrepâncias entre os indicadores de valor da produção agropecuária paulista, calculados pelo IEA, que têm tido publicação regular desde a década de 1970, e os calculados e publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nas séries de contas regionais. Retornando ao trabalho do IEA que analisou o desenvolvimento da agropecuária paulista nas décadas de 1950 e 1960 (IEA, 1972), que representa uma contribuição basilar porque pioneira na construção de indicadores estatísticos dos agregados de renda, nota-se que nesse documento a discriminação de três indicadores: a) valor da produção dos 21 principais produtos, que pela própria forma como são apresentados aqui se denominam doravante valor restrito da produção agropecuária (VPA-R); b) valor total da produção agropecuária (VPA-T), que englobaria toda renda bruta da agropecuária; e c) renda líquida da agropecuária (RLA)⁸, que corresponde ao valor adicionado na medida em que corresponde ao VPA-T subtraído do valor do consumo intermediário da agropecuária (VCI).

A análise desses indicadores mostra que a RLA paulista, tomada na comparação dos anos extremos da série, cresceu 42% no período 1948-1970, enquanto que o VPA-T estadual avançou 70%, em função de que o respectivo VCI aumentou 3,4 vezes nesse espaço de tempo, comportamento compatível com o decisivo aumento do uso de insumos e máquinas no processo de modernização em curso na agropecuária estadual nas décadas de 1950 e 1960. Outra constatação é que a diferença entre o VPA-T e o VPA-R, aprofundando na medida em que VPA-R de uma proporção de 94,4% do VPA-T em 1948 passou a representar 82,6% em 1970 (Tabela 6),

não apenas reduzindo sua contribuição para explicar o comportamento da renda bruta setorial (VPA-T), cresceu mais que o VPA-R como evidenciando o aprofundamento do processo de diversificação de culturas (lavouras e criações) do campo paulista.

Entretanto, mesmo não contemplando a totalidade da renda bruta setorial, observa-se que o VPA-R se mostra sempre maior que a RLA (que como valor adicionado corresponde ao PIB) em todo período 1948-1970 (Tabela 6). Isso não ocorre quando se compara os mesmos indicadores para o período 1995-2004. Nesse espaço de tempo, não apenas a distância se alarga, na medida em que o PIB cresceu 63% e o VPA-R avançou 40% nos anos considerados, como em todos os anos o VPA-R tem valores inferiores ao PIB (Tabela 7). Como teoricamente seria uma impropriedade a existência de VCI negativo, principalmente em uma realidade como a do campo paulista em que o padrão de modernização setorial aprofundou-se de forma decisiva em intensidade e generalização desde o início da década de 1970, o VCI, como proporção do VPA-T, deveria ser maior que os valores observados nas décadas de 1950 e 1960 (IEA, 1972). Assim, o VPA-R calculado e divulgado pelo IEA apresenta enorme discrepância quando comparado com o PIB da agropecuária calculado pelo IBGE, sendo menor quando deveria ser maior com o que, ainda que o número de produtos considerados tenha crescido dos 21 no início da década de 1970 para os atuais 47, não teve sua abrangência ampliada o suficientemente para ser um indicador consistente da renda bruta setorial.

Dado o *boom* exportador da agricultura paulista, cujo valor expresso em moeda nacional cresceu 380% no período 1997-2004, com maior aumento dos produtos básicos em relação aos manufaturados (SOUZA; GONÇALVES; VICENTE, 2006), ou seja, produzindo impactos diretos e indiretos, demanda sobre a agropecuária; mostra-se interessante comparar esse valor das exportações da agricultura (VEA) com o PIB da agropecuária, que cresceu apenas 72%, e com o VPA-R, que aumentou ainda menos (44%). Por certo, o VEA não compõe-se somente de produtos básicos, na medida em que no Estado de São Paulo, em 2004, esses produtos corresponderam a 27,6% das vendas externas, sendo 56,1% participação dos manufaturados. Ressalte-se que, como foi observado na análise realizada em item anterior deste

⁸Corresponde ao mesmo que Renda Interna Agrícola, conforme anteriormente destacado por IEA (1972).

TABELA 6 - Evolução do Valor da Produção da Agropecuária Total (VPA-T), do Valor Restrito da Produção Agropecuária (VPA-R) e da Renda Líquida Agropecuária (RLA), Estado de São Paulo, 1948-1970

(em Cr\$ milhão de 1969)

Ano	VPA-R		VPA-T		RLA	
	Valor	% VPA-T	Valor	Índice ¹	Valor	Índice ¹
1948	3.254,7	94,4	3.447,8	100	2.965,1	100
1949	3.299,7	93,5	3.529,7	102	2.998,5	101
1950	3.628,6	93,4	3.883,9	113	3.314,9	112
1951	3.561,9	92,6	3.846,9	112	3.234,1	109
1952	3.828,7	92,5	4.139,4	120	3.490,3	118
1953	3.876,1	91,4	4.239,6	123	3.560,4	120
1954	4.537,8	91,6	4.954,5	144	4.225,7	143
1955	4.629,4	90,6	5.112,5	148	4.199,9	142
1956	3.928,9	90,1	4.362,7	127	3.543,4	120
1957	4.381,1	89,3	4.905,2	142	4.049,7	137
1958	4.112,3	88,3	4.657,1	135	3.764,3	127
1959	4.381,0	88,3	4.959,6	144	4.017,3	135
1960	4.313,3	89,3	4.830,7	140	3.843,8	130
1961	4.683,2	84,9	5.517,7	160	4.490,8	151
1962	5.040,1	87,7	5.745,5	167	4.996,9	169
1963	5.368,3	87,7	6.119,9	178	4.648,1	157
1964	4.458,9	87,0	5.127,6	149	3.948,8	133
1965	5.464,4	86,2	6.338,6	184	5.113,9	172
1966	4.921,7	85,5	5.758,4	167	4.478,3	151
1967	4.579,5	84,2	5.439,2	158	4.097,3	138
1968	4.097,6	84,0	4.876,1	141	3.523,5	119
1969	4.558,3	83,4	5.462,9	158	3.933,5	133
1970	4.844,6	82,6	5.867,3	170	4.223,8	142

¹Índice simples 1948=100.

Fonte: Dados já deflacionados no original, obtidos em IEA (1972).

TABELA 7 - Evolução do Produto Interno Bruto (PIB) e do Valor Restrito da Produção Agropecuária (VPA-R), Estado de São Paulo, 1995-2004, 2004¹
(em R\$ bilhão)

Ano	PIB da Agropecuária		VPA-R		Relação VPA-R/PIB
	Valor	Índice ²	Valor	Índice ²	
1995	23,6	100	19,4	100	1,22
1996	19,6	83	17,2	89	1,14
1997	22,3	95	18,8	97	1,19
1998	25,9	110	20,5	106	1,26
1999	22,8	97	19,6	101	1,16
2000	20,3	86	21,0	108	0,97
2001	33,1	141	23,2	120	1,43
2002	40,9	174	25,7	133	1,59
2003	40,6	173	26,3	136	1,54
2004	38,3	163	27,1	140	1,41

¹Reflete valores em moeda brasileira (R\$), utilizando-se o deflator implícito do PIB calculado pelo IBGE.

²Índice simples, base 1995=100.

Fonte: Elaborada a partir de PIB da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e VPA do IEA.

trabalho (Tabela 5), são os produtos básicos aqueles em que as exportações paulistas da agricultura mais crescem no período 1997-2004;

as pressões de demanda para o crescimento da agropecuária foram diretas e significativas. No cotejo dos indicadores, a VEA, como proporção

do PIB, cresceu de 27,4% para 76,7% no período 1997-2004, enquanto que como proporção do VPA-R aumentou de 32,5% para 108,5%, sugerindo que o VPA-R calculado pelo IEA não captou todo o movimento de expansão das vendas externas estaduais.

Finalizando a análise das discrepâncias dos indicadores, mostra-se interessante comparar o VPA-T, PIB e VCI calculados pelo IBGE para o período 1995-2002 com o VPA-R calculado pelo IEA para o mesmo período. Nessa comparação, o VCI, como proporção do VPA-T, varia entre o piso de 26,7%, observado em 1998, e o teto de 35,1%, observado em 2000, enquanto o PIB, por complementaridade na formação do VPA-T, tem comportamento inverso, com teto em 1998 (73,3%) e piso em 2000 (64,9%). Esses desempenhos são compatíveis com o processo econômico verificado na agropecuária paulista no período. Mais relevante, contudo, representa a constatação de que o VPA-R do IEA, como proporção do VPA-T do IBGE, recua de 59,9%, em 1995, para 47,2%, em 2002 (Tabela 9). A conclusão direta desses números consiste no fato de que o VPA-R calculado pelo IEA representaria atualmente menos da metade da renda bruta produzida pela agropecuária paulista, com o que fica comprometido seu uso para representar o avanço da riqueza setorial estadual, na medida em que contempla parcela cada vez menor da renda bruta total da agropecuária (VPA-T), ainda que mantenha sua utilidade para avaliações do desempenho comparativo entre si das principais culturas, ainda assim com a inclusão de atividades relevantes na agropecuária estadual como produtos florestais, produtos aquícolas, flores plantas ornamentais. Na dimensão regional, dada a concentração de determinadas cadeias de produção da agricultura no território paulista, há que se ter enorme cuidado e reserva, situando-se apenas na comparação interna ao conteúdo do VPA-R.

Mas essa discussão sobre a reduzida abrangência do VPA-R calculado pelo IEA não descarta a necessidade de discussão com maior profundidade dos demais indicadores da renda setorial, tendo em vista as profundas mudanças estruturais da agricultura paulista nas últimas décadas. Trata-se de problema persistente em todos os anos posteriores a 1995, na medida em que, nesse período, o VPA-R foi sempre menor que o PIB, o que já mostra uma grave inconsistência teórica, a qual vem sendo ampliada nos

anos recentes (Tabela 7). Na verdade, estão postas à investigação três hipóteses para as discrepâncias verificadas entre o VPA-R do IEA e o PIB da agropecuária do IBGE, com reflexos nos demais indicadores das contas regionais, como o valor do consumo intermediário. A **primeira** hipótese consiste na construção pelo IEA de um VPA-R subestimado pela reduzida abrangência em termos de número de produtos. Para isso bastaria ampliar o número de produtos, elevando a representatividade do VPA-R do IEA, que o problema estaria solucionado.

Uma segunda **hipótese** a ser aventada consiste no PIB da agropecuária paulista, calculado pelo IBGE, estar estruturalmente superestimado e, por isso, mostrar resultados superiores ao VPA-R em todo período 1995-1997. Ressalve-se que, dado o comportamento dos VCI da agropecuária, calculados pelo IBGE em todo período, mantem-se consistente a tese da primeira parte deste artigo de que ocorre aumento da importância relativa da contribuição da agropecuária para a renda criada pela economia paulista (tendência mostrou teste F significativo a 0,3% de probabilidade) (Figura 2). A **terceira** hipótese, que não pode ser descartada, corresponde à clássica opção dos testes em que ambas as alternativas seriam verdadeiras, o que viria a exigir discussões metodológicas e modificações nas estruturas de cálculos de ambos os indicadores. Em uma realidade brasileira em que o último censo agropecuário com reconhecida consistência foi realizado em 1985 e em que no horizonte mais próximo não vislumbra-se a possibilidade de obtenção desses dados estruturais nos próximos anos pelo postergamento da realização do censo agropecuário de 2005, resta trabalhar as informações existentes para tentar entender o que ocorreu na agropecuária nos anos recentes para traçar algumas considerações sobre seu futuro próximo.

Avaliando a **primeira** hipótese, a de que o VPA-R, em função da abrangência de produtos considerados, estaria subestimado, destaque-se que essa limitação já estava explícita na formulação do VPA-R do IEA no início da década de 1970, tanto assim que o documento institucional destaca tratar-se de valor da produção da agropecuária envolvendo 21 produtos e, no texto, ao colocar que *“cabe observar que os 21 produtos que compõem os agrupamentos representam em*

TABELA 8 - Evolução do Produto Interno Bruto (PIB), do Valor da Produção Agropecuária Restrito (VPA-R) e do Valor das Exportações da Agricultura (VEA) no Estado de São Paulo, 1997-2004, 2004¹ (em R\$ bilhão)

Ano	PIB		VPA-R		VEA		Relação VEA (%)	
	Valor	Índice ²	Valor	Índice ²	Valor	Índice ²	PIB	VPA-R
1997	22,3	100	18,8	100	6,1	100	27,35	32,45
1998	25,9	116	20,5	109	11,4	186	44,02	55,61
1999	22,8	102	19,6	104	16,7	272	73,25	85,20
2000	20,3	91	21,0	112	14,0	229	68,97	66,67
2001	33,1	148	23,2	123	19,5	318	58,91	84,05
2002	40,9	183	25,7	137	20,7	339	50,61	80,54
2003	40,6	182	26,3	140	25,8	422	63,55	98,10
2004	38,3	172	27,1	144	29,4	480	76,76	108,49

¹Reflete valores em moeda brasileira (R\$), utilizando-se o deflator implícito do PIB, calculado pelo IBGE, sendo que as exportações foram calculadas a partir de somas mensais expressas em R\$ transformadas pelo câmbio médio de cada mês.

²Índice simples, base 1995=100.

Fonte: Dados básicos da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Instituto de Economia Agrícola (IEA).

TABELA 9 - Evolução do Valor Total da Produção Agropecuária (VPA-T), do Valor do Consumo Intermediário (VCI) e do Produto Interno Bruto (PIB) da Agropecuária no Estado de São Paulo, 1995-2002, 2004¹ (em R\$ bilhão)

Ano	PIB		VCI		VPA-T		% do VPA-T		
	Valor	Índice ²	Valor	Índice ²	Valor	Índice ²	VPA-R	PIB	VCI
1995	23,6	100	8,8	100	32,4	100	59,88	72,71	27,29
1996	19,6	83	10,6	120	30,2	93	56,95	64,96	35,04
1997	22,3	95	9,6	109	31,9	99	58,93	69,94	30,06
1998	25,9	110	9,5	107	35,4	109	57,91	73,28	26,72
1999	22,8	97	11,0	124	33,8	104	57,99	67,54	32,46
2000	20,3	86	11,0	124	31,2	96	67,31	64,88	35,12
2001	33,1	141	11,8	134	44,9	139	51,67	73,69	26,31
2002	40,9	174	13,6	154	54,5	168	47,16	75,02	24,98

¹Reflete valores em moeda brasileira (R\$), utilizando-se o deflator implícito do PIB calculado pelo IBGE, sendo que as exportações foram calculadas a partir de somas mensais expressas em R\$ transformadas pelo câmbio médio de cada mês.

²Índice simples, base 1995=100.

Fonte: Dados básicos das contas regionais da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

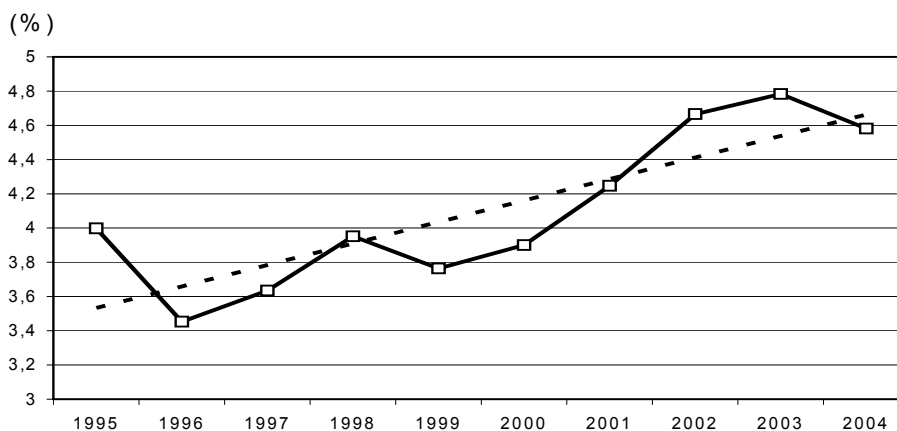


Figura 2 - Evolução da Participação Percentual do VPA-R no PIB do Estado de São Paulo, 1995-2004.

Fonte: Elaborada a partir de dados de VPA-R da Tabelas 7 e de PIB/SP da tabela 3.

verdade o grosso do setor agrícola, bastando dizer que contribuem com 84% da sua renda bruta, a qual inclui além das culturas e da pecuária, o setor de pesca e o florestal. Dentre os excluídos, há, no entanto, importantes atividades como, por exemplo, a de frango de corte, as hortaliças e o conjunto de frutas, à exceção da banana e laranja, que se incluem entre os 21” (IEA, 1972). Feita a devida ressalva acima colocada, o referido documento encerra uma magnífica, clássica e única análise do desenvolvimento da agricultura paulista, daí seu inestimável valor. Pontua-se isso aqui apenas para alertar pela necessidade e prioridade institucionais de ampliar a representatividade do VPA-R do IEA em relação ao VPA-T do IBGE⁹, ao menos recompondo seu percentual, dos atuais 47,2% para algo próximo dos 85%, como na contribuição institucional original.

Para tanto, deve ser realizado esforço de internalizar maior parcela do processo de diversificação de culturas da agropecuária paulista, em uma intensidade maior que aquela que elevou o número de produtos considerados de 21 para 47. Um parâmetro metodológico para tal poderia ser o valor bruto da agropecuária paranaense, calculado pelo Departamento de Economia Rural (DERAL) da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (SEAB) do Governo do Estado do Paraná, que ampliou o número de produtos de 155 na safra 1993/1994 para 492 em 2002/2003. Segundo esse estudo, o

⁹Trata-se aqui do Valor da Produção Agropecuária (VPA-T) do IBGE decorrente dos cálculos das contas nacionais e regionais. Esse é o parâmetro do qual origina-se o PIB da agropecuária. O IBGE divulga nas suas estatísticas agropecuárias de produção municipal um outro indicador de valor da produção agropecuária não considerado nesta análise, que apresenta valores muito inferiores. Em 2003, por exemplo, esse outro valor da produção agropecuária do IBGE, que contempla principalmente as lavouras, excluindo-se as três carnes (bovina, de frango e suína), para o Estado de São Paulo, somou R\$18,072 bilhões, enquanto o do IEA, para o mesmo ano, somou R\$24,735 bilhões. Vê-se, portanto, que o do IEA se mostra maior, mesmo considerando-se que na época era composto de 42 produtos (lavouras mais criações) e o do IBGE de 47 produtos. A diferença entre esses dois VPAs decorre, principalmente, de que esse VPA do IBGE é calculado com preços do período de safra, que é menor que a média anual, considerada no VPA produzido pelo IEA. **Considerando, entretanto, os indicadores oficiais da análise da renda setorial, esse VPA do IBGE teria distorções similares às encontradas na análise do VPA do IEA em relação ao PIB setorial da mesma instituição federal. Em resumo, dado o desencontro das contas regionais e setoriais, urge um esforço metodológico que busque convergi-las para uma correta apreensão da realidade.**

valor bruto da produção agropecuária paranaense, em valores constantes de 2003, aumentou de R\$13,9 bilhões, em 1994, para R\$28,0 bilhões, em 2003 (ANDRETTA, 2004).

Levando em conta as informações disponíveis, procurou-se, para o ano de 2003, fazer um exercício de ampliação da base de produtos contemplados no VPA-R do Estado de São Paulo, calculando um valor expandido da produção agropecuária (VPA-E) para com isso aproximá-lo da representatividade desejada, enquanto indicador relevante da renda bruta da agropecuária paulista. Isso incorporando com estatísticas disponíveis para o Estado de São Paulo e utilizando preços recebidos da pesquisa de valor da produção agropecuária do Estado do Paraná, uma vez que existe uma grande aproximação entre essas realidades e, portanto, as diferenças de preços não devem ser substanciais. Trata-se de obter estimativa mais próxima do limite superior da abrangência no tocante à composição dos produtos formadores da renda bruta. Ressalte-se que se trata de estimativa do VPA-E que tem como *proxy* os preços paranaenses, sendo portanto produzidos valores aproximados.

Os resultados obtidos para o VPA-E, contemplando 202 produtos, mostram que a renda bruta da agropecuária paulista seria, em 2003 (a preços constantes de 2004), equivalente a R\$31,3 bilhões, em um acréscimo de 18,9% em relação ao VPA-R (47 produtos), que para esse ano somou R\$26,3 bilhões. Isso mesmo incluindo na carne bovina os animais abatidos criados em outros estados e internalizados em território paulista, onde são preparados para o abate (em torno de 60 dias se for contada a quarentena e demais procedimentos). Apenas esse fato responde por R\$2,3 bilhões dos R\$5,0 bilhões obtidos pela expansão da abrangência da renda bruta com o cálculo do VPA-E. Foram também incluídas outras atividades relevantes, como os produtos florestais (R\$525 milhões), flores e ornamentais (R\$340 milhões), pescado (R\$214 milhões), silagens e capineiras (R\$195 milhões) e sementes e mudas (R\$209 milhões) (Tabela 10). Ainda assim, o VPA-E de 2003 de R\$31,3 bilhões seria 22,9% inferior ao PIB setorial do mesmo ano calculado pelo IBGE em R\$40,6 bilhões (Tabela 7). Em outras palavras, mesmo confirmando a **primeira hipótese** de que o VPA-R do IEA subestima a renda bruta da agropecuária, não havendo mais segmentos com elevado valor

TABELA 10 - Estimativa do Valor Restrito da Produção Agropecuária (VPA-R) e do Valor Expandido da Produção Agropecuária (VPA-E), Estado de São Paulo, 2003
(em R\$ milhão)

Grupos de produtos	N. de produto	Valor da produção agropecuária ¹		Diferença	
		VPA-R	VPA-E	%	Absoluta ¹
Grãos e fibras	12	3.718	3.738	0,56	20
Cana para indústria	1	6.819	6.819	0,00	0
Sementes e mudas	12	0	209	-	209
Carne de aves e suínos	3	1.957	1.988	1,59	31
Leite e ovos	4	1.985	2.033	2,40	48
Carne bovina	1	4.399	6.704	52,40	2.305
Frutas	38	5.407	5.567	2,97	160
Olerícolas	49	1.320	1.777	34,60	457
Produtos florestais	12	84	525	523,74	440
Flores e ornamentais	36	0	340	-	340
Silagens e capineiras	3	0	195	-	195
Café e estimulantes	3	470	497	5,69	27
Pescado	17	0	214	-	214
Outras atividades	11	147	667	355,45	521
Total	202	26.305	31.274	18,89	4.969

¹Em milhão R\$ constantes de 2004, utilizando-se o deflator implícito do PIB calculado pelo IBGE.

Fonte: Elaborada a partir de dados básicos de produção do Instituto de Economia Agrícola (IEA), valorizados quando não incluídos no VPA-R a preços do Estado do Paraná (ANDRETTA, 2004).

da produção a serem incorporados no VPA-E, também fica nítida a possibilidade de que também é válida a **segunda hipótese**, ou seja, a do PIB da agropecuária superestimado.

Se essa superestimação do PIB agropecuário paulista existe, ela inicia-se dentro do espaço de tempo estudado, na origem, e aprofunda-se no período 1995-2004, uma vez que em todos os anos do período esse indicador se mostra superior ao VPA-R calculado pelo IEA (Tabela 7). A comparação definitiva para eliminação das dúvidas leva à comparação das estatísticas de valor da produção agropecuária com os resultados desse indicador, publicado no Censo Agropecuário de 1995/96, último disponível. Entretanto, há notórias deficiências nos resultados desse compêndio estatístico que impedem o uso direto das informações publicadas. Para comprovar esse argumento, basta compará-los com os obtidos no Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agrícola do Estado de São Paulo (LUPA), realizado pelo IEA e pela Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) em período próximo ao do Censo de 1996. As diferenças denotam que, para o Estado de São Paulo, o Censo Agropecuário 1995/96 do IBGE subestima a área agropecuária paulista em 2,05 milhões de

hectares, com as terras de efetivo uso agrícola segundo o Censo, totalizando 15,3 milhões de hectares, número 11,8% menor que os 17,4 milhões de hectares do LUPA. Mais ainda, a distribuição dessa subestimação entre os diversos usos do solo não é linear, sendo de 731,6 mil hectares nas lavouras temporárias (-15,8%), justamente as de maior valor da produção por unidade de área, de 1,2 milhão de hectares nas pastagens (-11,8%) e de 215,2 mil hectares nas florestas econômicas (-26,5%) (Tabela 11). A inexistência para a mesma época de outra base de dados oficiais de valor da produção agropecuária obriga a trilhar a tentativa de, ao menos para o total do Estado, corrigir os dados censitários, reduzindo a subestimação.

O valor da produção agropecuária do IBGE, publicado no Censo Agropecuário 1995/96, a preços constantes médios de 2004, somou R\$14,0 bilhões, cifra não apenas muito menor que o VPA-R do IEA para 1996, que atingiu R\$17,2 bilhões, como se mostra menor que o PIB da agropecuária, que foi de R\$19,6 bilhões, e alcançou menos da metade do VPA-T, que totalizou R\$30,2 bilhões (Tabela 9). Em outras palavras, o próprio IBGE trabalha com estatísticas oficiais de valor da produção agropecuária muito

TABELA 11 - Comparação do uso do solo entre informações do Censo Agropecuário 1995/96 e o LUPA 1996

Uso do solo	Área agropecuária (em ha)		Diferença	
	Censo 1995/96 (a)	LUPA 1996 (b)	ha (a)-(b)	% (a)/(b)
Lavouras temporárias	3.887.554	4.619.154	-731.600	-15,84
Lavouras permanentes	1.368.614	1.332.694	35.920	2,70
Pastagens	9.062.254	10.274.801	-1.212.547	-11,80
Florestas	597.000	812.192	-215.192	-26,50
Não utilizadas	398.801	324.132	74.669	23,04
Total	15.314.223	17.362.973	-2.048.750	-11,80

Fonte: Elaborada a partir de Censo Agropecuário 1995/96 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Levantamento Censitário de Unidades de Produção Agrícola do Estado de São Paulo (LUPA) do Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI).

superiores às publicadas no Censo Agropecuário de 1995/96. Na tentativa de melhorar a representatividade dos dados de valor da produção agropecuária do Censo 1995/96, na correção, adicionou-se ao valor publicado para cada atividade valor correspondente à proporção menor da área agropecuária encontrada na comparação entre o Censo Agropecuário e o LUPA (Tabela 11), o que implica em estender a média da renda bruta por hectare para toda área subestimada que foi adicionada em cada atividade. A somatória do VPA corrigido do Censo, que chegou a R\$16,2 bilhões, embora mais próximo, ainda é 6,2% menor que os R\$17,2 bilhões do VPA-R do IEA para 1996 (Tabela 12). Isso apesar de que, por conceito, o VPA corrigido do Censo 1995/96 abrange maior amplitude de atividades, como flores e plantas ornamentais, produtos florestais e pesca e aqüicultura e, por isso mesmo, devesse ter valores superiores ao VPA-R do IEA. A explicação pode estar na conjuntura desfavorável dos preços agropecuários no primeiro semestre de 1996, quando foi procedida a coleta das informações censitárias, o que pode ter ajudado a ampliar a subestimação, já configurada pelas estatísticas, menor de produção.

Se as informações de valor da produção agropecuária paulista publicadas no Censo Agropecuário de 1995/96 não ajudaram a colocar definitivo fim na dúvida sobre o conteúdo e o tamanho das discrepâncias desses indicadores entre as estatísticas do IEA e do IBGE, permitem uma certeza inexorável, qual seja, o VPA-T do IBGE, atualmente utilizado pela instituição nas estatísticas de contas regionais, está superestimado, pelo menos desde 1995, onde inicia-se o período considerado neste trabalho. Isso porque,

não configura-se em um resultado crível, nem que o VPA publicado no Censo Agropecuário 1995/96 esteja subestimado em 53,6% em relação ao VPA-T do IBGE para 1996, nem ao que o VPA-R do IEA também esteja subestimado em 43,0%. Os valores dos produtos não contemplados no VPA-R do IEA que, por excluírem importantes culturas agropecuárias por conceito, estariam subestimados (Tabela 10), se considerados agregariam algo em torno de 19,0%, atingindo R\$20,5 bilhões, o que ainda assim seria 32,1% inferior aos R\$30,2 bilhões do VPA-T do IBGE. Assim, as informações coligidas, se não permitem verificar a aderência das estatísticas de VPA, em função de que o próprio IBGE publica oficialmente dois resultados bastante distantes em termos absolutos e relativos, quando se comparam o Censo Agropecuário 1995/96 e as Contas Regionais.

Em síntese, a distância entre os resultados revela as dificuldades atuais vividas pelas estatísticas agropecuárias, na medida em que nas décadas de 1970 e 1980 existem não apenas Censos Agropecuários quinquenais até 1985, como uma enorme convergência entre os indicadores. No presente, o que se pode dizer na análise da agropecuária paulista consiste em que sua renda bruta está situada em uma faixa cujo teto seria o VPA-T calculado nas Contas Regionais do IBGE e o piso o VPA-R publicado pelo IEA, com tendência a estar mais próximo do piso, sempre com tendência de crescimento. A preocupação consiste em que, após o ano 2000, o VPA-T, em função do salto das exportações, sofre aceleração mais desproporcional ao VPA-R, aprofundando o descolamento entre as curvas de tendência e com aumento das discrepâncias (Figura 3). Esse indicador apesar de fundamental para a aná-

TABELA 12 - Comparação do valor da produção agropecuária¹ do IBGE, Censo Agropecuário 1995/96, e do IEA, 1996

Tipo de atividade	Censo Agropecuário IBGE 1995/96		IEA 1996	Diferenças (%)
	Publicado	Corrigido ²		
Lavouras permanentes	2.698.372	3.184.080	3.562.860	11,90
Lavouras temporárias	7.132.555	8.474.833	8.540.058	0,77
Animal de grande porte	2.401.882	2.723.258	3.161.984	16,11
Animal de pequeno porte	1.814.514	1.814.514	1.942.313	7,04
Total	14.047.323	16.196.684	17.207.214	6,24

¹Em mil R\$ constantes de 2004, utilizando-se o deflator implícito do PIB calculado pelo IBGE.

²Corrigido em função das diferenças de área agropecuária (Tabela 11).

Fonte: Elaborada a partir de Censo Agropecuário 1995/96 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI).

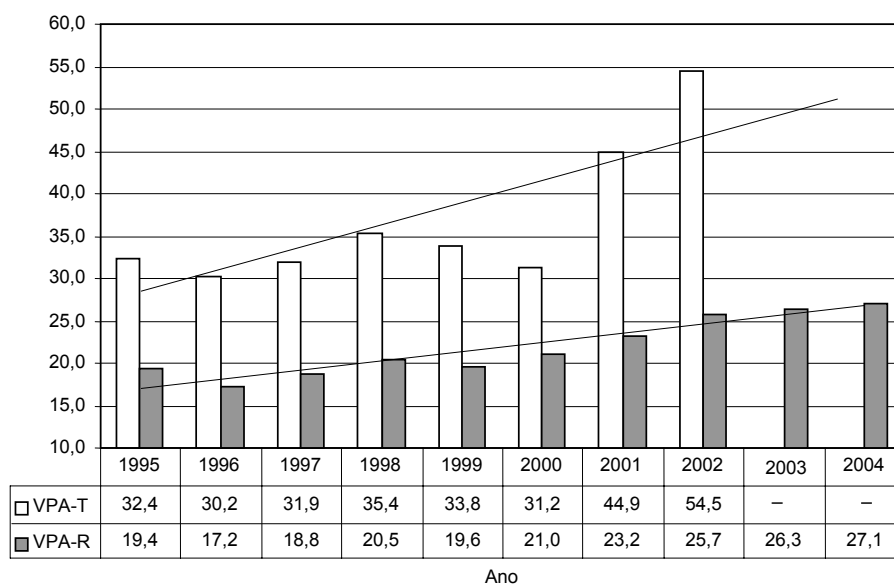


Figura 3 - Evolução do VPA-R (IEA) e do VPA-T do IBGE, Estado de São Paulo, 1995-2004.

Fonte: Elaborada a partir de dados de VPA-R das tabelas 7 e de VPA-T da tabela 9.

lise do desenvolvimento, sendo de utilização ampla e quase sempre feito sem restrições nas discussões sobre desempenhos entre unidades da federação e entre setores, representa apenas um exemplo das dificuldades atuais das estatísticas agropecuárias brasileiras que acabam gerando previsões de safras, sem lastro estrutural sólido e diagnóstico setoriais carentes de boa sustentação empírica. Nas safras, os problemas, na realidade, são sérios dado o impacto das divulgações dos desempenhos das safras dos principais produtos no movimento dos preços, em especial das *commodities*, como grãos e fibras, e de outras com inserção internacional elevada, onde as cotações no mercado futuro refletem as estimativas de safras divulgadas por instituições oficiais.

A questão das discrepâncias estruturais

entre os indicadores da renda bruta agropecuária revela que a consistência das estatísticas setoriais brasileiras tem piorado. Ressalte-se que o Estado de São Paulo está entre os principais estados brasileiros no tocante à agropecuária e que os problemas detectados com maior ou menor grau estão presentes em todas as unidades da federação, conquanto reduzido número delas tenha instituições especializadas em economia agrícola para gerar e analisar estatísticas setoriais. Trata-se mesmo do não cumprimento da Lei Federal nº 8.171/91 ("Lei Agrícola"), que dispõe ser atribuição do Governo Federal divulgar informações sobre safras, preços, oferta e demanda e outros indicadores para maior transparência do mercado. Esse fato se mostra incompatível com a posição da agricultura brasileira no comércio internacional,

onde constitui um dos novos países com agricultura desenvolvida (*New Agricultural Countries-NACs*). Reverter essa situação, produzindo e divulgando estatísticas estruturais, representa mais que bom senso, uma prioridade urgente, exigindo antes de mais nada um bom Censo, afinal, *“o processo de transformação da agricultura brasileira nos últimos vinte anos foi tão profundo, que a realidade não se reconhece mais no seu derradeiro retrato estrutural fidedigno representado pelo censo agropecuário de 1985. Por essa razão causa preocupação a informação do adiamento da realização do censo agropecuário antes programado para 2005. Mais ainda, causa estranheza a persistência da mesma razão aventada desde os anos 90, qual seja a falta de verbas para a pesquisa. Mais uma vez nos anos recentes a falta de bom senso produz a falta de bom censo. O superávit da balança comercial e a seqüência de supersafras, que engrandecem os agronegócios, não sensibilizaram os tomadores de decisão para que ao menos isso fosse registrado para a história num retrato fiel de sua pujança estrutural. Talvez porque haveria que se enfrentar mais uma vez a explicação do aprofundar das mazelas sociais? Mas de qualquer maneira o Brasil agrário não se reconhece mais na última fotografia oficial”* (GONÇALVES, 2004).

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da renda agropecuária paulista no período 1995-2004 revela comportamento distinto daquele verificado no período 1948-1970, na medida em que nas décadas de 1950 e 1960 verifica-se perda da importância relativa da agropecuária na formação da renda estadual, e nos últimos dez anos, ainda que como especificidade, ocorre o contrário, com aumento da proporção da riqueza paulista gerada no campo. A explicação para tal ocorrência, que contraria as expectativas da formulação tradicional da teoria do desenvolvimento econômico, pode ser encaminhada por duas vertentes que se complementam: a) uma associada à especificidade da agropecuária paulista que, tendo atingido o limite de expansão da fronteira agrícola exatamente no final da década de 1970, passou a alterar a composição de culturas com maior proporção das lavouras em detrimento das pastagens e, com isso, incrementando os percentuais de atividades de maior valor da

produção por unidade de área, o que permitiu geração de acréscimos de renda agropecuária a taxas superiores às da economia paulista como um todo; e b) outra associada à possibilidade de que o processo de desenvolvimento paulista atingiu profundidade compatível com o ocorrido nas nações capitalistas desenvolvidas e, em função disso, teria atingido o piso da participação da agropecuária na renda estadual, com o que possibilitou a reversão da tendência à insignificância. De qualquer maneira, ocorre no Estado de São Paulo, no período recente, na mais industrializada unidade da federação brasileira, o crescimento da relevância na geração estadual de riqueza.

Finalizando, o trabalho discute as discrepâncias entre os indicadores da renda agropecuária paulista, na medida em que, contrariando a teoria, o valor da produção agropecuária calculado pelo IEA se mostra menor que o PIB da agropecuária produzido pelo IBGE. A análise mostra as dificuldades por que passam as estatísticas setoriais desde a metade da década de 1980, em especial conforme foi constatado para os indicadores da renda agropecuária para os anos posteriores a 1995, onde o valor da produção agropecuária calculado pelo IEA e pelo IBGE (estatísticas de contas nacionais e regionais) não apenas são muito diferentes entre si como a distância vai sendo alargada desde o início do *boom* exportador em 2000, apesar das tendências similares de crescimento. Isso reflete-se em estatísticas de PIB superestimadas, tornando difíceis diagnósticos setoriais e intersetoriais consistentes. A ausência de disponibilidade de estatísticas estruturais constituintes de Censo Agropecuário consistente desde 1985 produz retratos desfocados da realidade, problematizando não apenas as análises como as estatísticas de safras, o que acaba gerando distorções de preços relativos e de comportamento dos mercados. No tocante ao valor da produção agropecuária, conquanto tenha assumida subestimação em função da abrangência de produtos considerados, os indicadores produzidos pelo IEA estão mais próximos da realidade que os publicados pelo IBGE. De qualquer forma, trata-se de deficiência inaceitável para a importância da agricultura brasileira na economia nacional e internacional a inexistência de estatísticas agropecuárias com elevado padrão de consistência. Quanto mais demorar a providência da realização do Censo Agropecuário, mais difícil e inconsis-

tente o esforço de recomposição das séries históricas. A realidade brasileira de agricultura de padrão primeiro-mundista convive com estatísticas setoriais de qualidade terceiro-mundista. Fora

o retrocesso em relação ao tão condenado regime militar, pois, afinal, a democracia se baseia na transparência e universalização da informação para ser exercida por cidadãos plenos.

LITERATURA CITADA

ANDRETTA, G. C. **Valor bruto da produção agropecuária paranaense**. Curitiba (PR): DERAL/SEAB, 2004. 80 p. Disponível em: <www.pr.gov.br/seab/deral>. Acesso em: 10 nov. 2005.

BELIK, W. **Um estudo sobre o financiamento da política agroindustrial no Brasil (1965-87)**. Campinas: UNICAMP/IE, 1994. 58 p. (Texto para Discussão, n. 35).

CANO, W. A industrialização e o desenvolvimento do capitalismo retardatário no Brasil (1880-1980). In: _____. **Reflexões sobre o Brasil e a nova (des)ordem internacional**. Campinas: Hucitec, 1993. p. 15-21.

CLARK, C. **Conditions of economic progress**. Londres, 1940.

CYRILLO, D. C. **O papel dos supermercados no varejo de alimentos**. 1986. Tese (Doutorado) - Faculdade de Economia e Administração, Universidade de São Paulo.

DAVIS, J. H.; GOLDBERG, R. A. **A concept of agribusiness**. Boston: Harvard University, 1957.

GASQUES, J. G.; VILLA VERDE, C. M. **Novas fontes de recursos, propostas e experiências de financiamento rural**. Brasília: IPEA, 1995. (Texto para Discussão, n. 392).

GONÇALVES, J. S. Agronegócios: a irreparável falta de censo recente. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br>>. Acesso em: dez. 2004.

_____. Dinâmica da agropecuária paulista no contexto das transformações da sua agricultura. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 35, n. 12, p. 65-98, dez. 2005.

_____; JUNQUEIRA, J. R. C. de M. Propriedade intelectual como fonte de financiamento de P&D: compatibilização de dispositivos da constituição paulista com a irradiação da inovação tecnológica ao sistema produtivo dos agronegócios estatuais. _____. São Paulo, v. 34, n. 8, p. 51-80, ago. 2004.

_____; MARTIN, N. B. Agricultura no processo de desenvolvimento: uma crítica à formulação tradicional. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, v. 42, t. 1, p. 73-100, 1995.

_____; SOUZA, S. A. M.; ANGELO, J. A. **Composição de culturas e ocupação do espaço na agropecuária paulista de 1969-1971 a 2002-2004**. São Paulo: APTA/IEA, 2005. Mimeo.

_____. et al. Novos títulos financeiros do agronegócio e o novo padrão do financiamento setorial. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 35, n. 7, p. 63-90, jul. 2005.

IANNI, O. **A ditadura do grande capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981. 227 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Sistema de contas nacionais**: Brasil. Rio de Janeiro, 2004. 153 p. (Série Relatórios Metodológicos, 24). Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 3 nov. 2005.

INSTITUTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA - IEA. **Desenvolvimento da agricultura paulista**. São Paulo, 1972. 320 p.

JOHNSTON, B. Agriculture and structural transformation in development countries a survey of research. **Journal of Economic Literature**, v. 7, n. 2, p. 369-404, 1970.

KAGEYAMA, A. Mudanças no trabalho rural no Brasil, 1992-2002. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, v. 51, t. 2, p. 71-84, 2004.

_____. et al. O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, G. C.; GASQUES, J. G.; VILLA VERDE, C. M. (Org.). **Agricultura e política públicas**. Brasília: IPEA, 1990. p.113-224.

LEONTIEF, W. **A economia do insumo produto**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. 226 p. (Os Economistas).

NICHOLLS, W. H. **The place of agriculture in economic development of na international economic association roundtable gamagori**. Japão, April 1960. Mimeo. (Citado por PAIVA, SCHATTAN; FREITAS, 1973).

PINTO, L. C. G. **Notas sobre a política agrícola e crédito rural**. Campinas: UNICAMP/IE, 1980. 344 p.

RANGEL, I. **El desarrollo econômico en Brasil**. Santiago do Chile: CEPAL, 1954. 167 p.

PAIVA, R. M.; SCHATTAN, S.; FREITAS, C. F. T. **Setor agrícola do Brasil**. São Paulo: IEA, 1973. 450 p.

SOUZA, S. A. M.; GONÇALVES, J. S.; VICENTE, J. R. Balança comercial dos agronegócios brasileiros no período 1997-2004: diferenças entre os resultados em dólar e em real. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 36, n. 1, p. 7-16, jan. 2006.

TSUNECHIRO, A. et al. Valor da produção agropecuária do estado de São Paulo em 2005: estimativa preliminar. _____, São Paulo, v. 35, n. 10, p. 42-53, out. 2005.

VICENTE, J. R.; SOUZA, S. A. M.; GONÇALVES, J. S. **Balança comercial do agronegócio paulista de janeiro a setembro de 2005**. APTA/IEA, out. 2005. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br>>. Acesso em: 24 out. 2005.

RENDA AGROPECUÁRIA PAULISTA 1995-2004: negação da tendência secular à insignificância e discrepâncias de indicadores

RESUMO: *Este trabalho analisa a evolução da renda agropecuária paulista no período 1995-2004, mostrando que, ao contrário do que preceitua a formulação tradicional da teoria de desenvolvimento econômico e diferentemente da tendência verificada nas décadas de 1950 e 1960, nos anos recentes, verifica-se crescimento da participação da agropecuária na renda estadual. Em adendo, comparando os indicadores da renda da agropecuária estadual especificados no valor bruto da produção agropecuária (VPA) do IEA e o produto interno bruto (PIB) da agropecuária do IBGE, constata-se discrepância à medida que, contrariando a teoria, o PIB se mostra sempre maior que o VPA. Na procura de explicação para esse fenômeno, indica-se a ocorrência de subestimação do VPA e superestimação do PIB, o que exige mudança das respectivas metodologias a partir de informações censitárias que conformem a estrutura da produção agropecuária, recompondo as participações relativas dos vários segmentos e atividades. A realidade brasileira contempla uma agricultura de padrão primeiro-mundista planejada e gerida com estatísticas setoriais de qualidade terceiro-mundista. Isso fora o retrocesso em relação ao tão condenado regime militar, pois, afinal, a democracia baseia-se na transparência e na universalização da informação para ser exercida por cidadãos plenos.*

Palavras-chave: *produto interno bruto, produção agropecuária paulista, valor da produção agropecuária, teoria do desenvolvimento econômico.*

**SAO PAULO STATE'S AGRICULTURAL INCOME OVER 1995-2004:
denying the secular trend to insignificance and discrepancies in indicators**

ABSTRACT: *This work analyzes the evolution of agricultural income in the state of Sao Paulo over 1995-2004. It shows a sharp contrast to the precepts in the traditional formulation of economic development theory and also differs from the trend exhibited in the 1950's and 1960's: recent years have seen increased participation of agriculture in the state's income. Herein, by comparing the indicators of state agricultural income specified in the state's gross value of agricultural output (VAO) from the Institute of Agricultural Economics (IEA-SP) and the gross domestic product (GDP) of agriculture from the Brazilian Institute for Geography and Statistics (IBGE), a discrepancy is verified inasmuch as, contrary to the theory, the GDP is always higher than the VAO. Seeking to explain this phenomenon, this work indicates an APO underestimation and a GDP overestimation. That requires a change in the respective methodologies based on census information that conform the structure of agricultural production, thus recomposing the relative participations of the several segments and activities. Brazilian reality contemplates a first-world standard of agriculture, which is planned and managed with third-world quality sectorial statistics. This scenario also includes the need to overcome the backwardness regarding the so condemned 1964-1985 military dictatorship because, in the end, democracy depends on transparency and universalization of information, if it is to be enjoyed by fully participating citizens.*

Key-words: *gross domestic product, Sao Paulo state's agricultural output, agricultural output value, economic development.*

Recebido em 13/12/2005. Liberado para publicação em 03/03/2006.